

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS NUMA EMPRESA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA – UM ESTUDO DE CASO

RESUMO

A presente investigação procurou examinar quais as contribuições que a análise financeira proporciona aos gestores. O estudo demonstrou a relevância destas análises para aquisição de informações importantes, que assistem os gestores no processo de tomada de decisão, por meio da utilização de diversos índices. Os resultados demonstraram a relevância do acompanhamento do capital circulante líquido, os quais foram postos em prática em uma empresa de segurança privada. A metodologia empregada para construção do trabalho foi o estudo de caso, realizado dentro da empresa investigada. Analisaram-se alguns relatórios contábeis e gerenciais, os quais promoveram a fundamentação para construção dos índices econômico-financeiros. A análise financeira é composta por uma variada gama de índices econômicos e financeiros, de quocientes e indicadores que proporcionam ao gestor financeiro a obtenção de dados e informações fundamentais, que podem e devem assegurar o suporte a decisão.

Palavras chave: índices econômicos, análises financeiras

1. INTRODUÇÃO

A análise das demonstrações financeiras apresenta-se como uma importante ferramenta de apoio para a tomada de decisão, pois a razão de sua existência é transformar uma diversidade de dados financeiros em informações de natureza gerencial. Percebe-se que a administração financeira tornou-se essencialmente importante para gestão das organizações, seja ela de pequeno, médio ou de grande porte. Há determinados relatórios contábeis que suportam a análise financeira das empresas e também contribuem na tomada de decisão dos proprietários e gestores. São as demonstrações contábeis que proporcionam a fundamentação para que esta análise seja alcançada, e serão acometidas aqui as principais demonstrações que fornecem esta fundamentação. A seguir será analisada a gestão do Capital de Giro, que está relacionada diretamente com a gestão do Ativo e do Passivo Circulante, e com as relações internas entre esses grupos patrimoniais.

Observa-se que o Capital de Giro nada mais é que a “vaga” ou espaço financeiro da organização, ou seja, é o Capital Circulante Líquido. Ressalte-se que, para se ter uma eficiente administração deste Capital Circulante Líquido, deve-se observar as principais contas do Ativo Circulante, que são as disponibilidades de caixa, administração dos valores a receber e administração dos estoques. Além disso, destaca-se outro aspecto relevante e que se torna de fundamental importância para fornecer subsídios ao administrador em sua análise financeira, que são as análises dos ciclos e dos índices financeiros, e que também serão evidenciados durante este estudo.

Tendo em vista a importância da análise das demonstrações financeiras apartir dos índices econômicos financeiros para avaliação de *performance*, este estudo tem como problemática à observação de como a análise financeira suporta os administradores em suas decisões. Com isso, o principal objetivo do estudo é identificar as contribuições que as

análises financeiras proporcionam aos administradores, gestores e proprietários. Para contribuir na arquitetura deste trabalho foi utilizado o estudo de caso em uma empresa de serviços e comércio, que trabalha no segmento de segurança privada e patrimonial, situada na cidade de São José - SC.

A organização está neste mercado desde a década de 1980, além disso, vivenciaram as grandes mudanças econômicas, sociais e políticas do País, o que pode contribuir no entendimento de alguns aspectos qualitativos do estudo. Para responder aos objetivos deste estudo analisou-se a Demonstração de Resultado e o Balanço Patrimonial gerencial da organização, calculando-se os índices financeiros no período entre 2004 a 2009. No que se refere à análise das informações, adotou-se a abordagem quantitativa, com aspectos qualitativos, a partir das Demonstrações Contábeis da organização. A coleta de dados foi construída com base em relatórios emitidos por uma empresa externa que faz a contabilidade da organização, Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, de 2004 a 2009.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. ANÁLISE ECONÔMICO FINANCEIRA

A análise Econômica Financeira através da utilização de índices envolve uma técnica que permite uma visão abrangente da realidade e da situação financeira de uma organização, uma vez que os índices podem ser adotados com o intuito de investigar, indagar as mais variadas potencialidades de *performance* econômico-financeiro, tais como: liquidez do patrimônio líquido, grau de endividamento, estrutura do capital, dentre outras (VIERA e SANTOS, 2005, p.51). Segundo Leite (2003), a utilização desses indicadores quantitativos e qualitativos vem contribuir para que as organizações controlem sua *performance* econômico-financeiro e sua eficiência operacional, assim como sua habilidade de proporcionar satisfação a todos os *stakeholders* relacionados (LEITE, 2005, p. 2). A análise econômico financeira ou de balanços começa onde termina o trabalho do contador. Conforme Ribeiro (1998, p.16) destaca que a análise de Balanço.

“[...] pode ser conceituada como a arte através da qual são analisadas e interpretadas as principais demonstrações financeiras de uma entidade, exigindo sempre de quem a executa, habilidade e conhecimentos em contabilidade, visa fornecer informações acerca do estado de seu Patrimônio”.

Segundo Iudícibus (1998, p.20) a análise de balanços define-se como “a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso [...]”. Contribuindo com essa afirmação, Assaf Neto (2002, p.49) infere que “a maneira com que os indicadores de análise são utilizados é particular de quem faz a análise, sobressaindo-se, além do conhecimento técnico, a experiência e a própria intuição do analista”. Dois analistas podem chegar a conclusões bem diferentes sobre uma mesma empresa, mesmo tendo eles trabalhado com as mesmas informações e utilizado iguais técnicas de análise (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010). Já Matarazzo (2003, p.17) cita que:

“O analista de balanços preocupa-se com as demonstrações financeiras que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou continuará operando”.

Para organizações buscarem permanentemente a eficácia operacional, elas necessitam utilizar informações, tanto da contabilidade financeira como da gerencial para avaliar seu desempenho. Essas informações, muitas vezes, não são implantadas por algumas organizações, tornando-se cada vez mais difícil encontrar um empreendimento que consiga sobreviver no mercado. “Embora seja comum no cotidiano das empresas avaliarem resultados

e desempenhos, não é uma tarefa tão simples como pode parecer” (MACHADO; MACHADO e HOLANDA, 2006).

Em seu estudo sobre análise de índices financeiros para tomada de decisão, Vieira e Santos (2005) apontam que a análise das demonstrações financeiras através dos índices financeiros trata-se de uma robusta técnica de assistência ao processo decisório sobre os mais diversos aspectos financeiros, todavia, deve ser empregada de maneira sensata, uma vez que o seu uso só permite uma avaliação da *performance* e eficiência global de uma organização quando seguida da análise de outras medidas estatísticas. Nesse sentido, Kaplan e Norton (2001) apontam que as empresas também precisam de forte sistema de controles internos para preservação dos ativos críticos, como caixa, estoques, equipamentos, informação – inclusive bancos de dados –, escrituração contábil e registros de clientes (KAPLAN e NORTON, 2001, p.362).

2.1.1. FINALIDADE DA ANÁLISE FINANCEIRA OU DE BALANÇOS

Ribeiro (2004, p.17) escreve que “a finalidade da análise de balanços é transformar os dados extraídos das demonstrações financeiras em informações úteis para a tomada de decisões por parte das pessoas interessadas”. Ainda aquele autor, “a análise de balanços inicia-se a partir das demonstrações financeiras, nas quais o analista coleta os dados adequando-os para os cálculos de quocientes, índices ou coeficientes, que serão posteriormente interpretados”. Ribeiro (1998, p.13) continua e afirma que:

“Aquele que interpreta as demonstrações financeiras não é adivinho, mas sim analisa dados concretos aplicando formulas a partir de seus conhecimentos e experiência contábil de onde extrai conhecimento para analisar o presente com base no passado a fim de projetar o futuro”.

Ressalta-se que quem realiza esta análise, na maioria das vezes, acaba sendo o próprio contador. Percebe-se também que as informações contidas nos balanços, na forma como são elaboradas, não fornecem dados na ótica gerencial. É justamente deste ponto que começa o papel da análise das demonstrações, cuja finalidade é transformá-las em dados interpretativos sobre a situação patrimonial da entidade, observando-se o presente, levando em conta o passado para projetar o futuro. Assim com base nas informações financeiras, “o analista efetua o exame e a coleta de dados, transformando-os em quocientes, coeficientes, etc., analisa-os e interpreta-os chegando a conclusões que são apresentadas por meio de relatórios” (RIBEIRO, 1998, p. 14). Por esta ótica que os autores nos proporcionam, entende-se que este tipo de análise acarreta em um profundo conhecimento econômico e financeiro da empresa, inclusive sobre sua viabilidade econômica (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010).

2.1.2. USUÁRIOS DA ANÁLISE FINANCEIRA

Na opinião de Ribeiro (2004), historicamente os primeiros interessados em análises financeiras das empresas foram os bancos. Porém, na atualidade são muitos os usuários desta ferramenta, seja para conhecer a rentabilidade do capital investido nas entidades e o grau de solvência para o cumprimento de suas obrigações, ou para avaliar o desempenho das entidades, de acordo com interesses específicos. Conforme aquele autor, “[...] a ninguém mais do que aos administradores, interessa conhecer a situação econômica e financeira das empresas que administram” (RIBEIRO, 2004, p.18). Neste sentido, Silva (2001, p.42) define que “o principal usuário das informações contábeis deveria ser a própria empresa, que pode utilizar estas informações voltadas para o gerenciamento das operações ou para a direção geral da empresa”. Os usuários da análise podem ser todas as pessoas e ou entidades que tenham algum tipo de ligação com a empresa em questão, sejam colaboradores, investidores, credores, etc. Silva (2001, p.47), define que “da mesma forma que instituições financeiras ao emprestar dinheiro aos seus clientes precisam das informações para decidir com segurança,

também os fornecedores precisam avaliar o risco de crédito de seus clientes”. Para Ribeiro (2004, p.18):

“O público investidor do mercado de capitais através da compra de ações é outro a se utilizar desta ferramenta. Para posteriormente optar por uma empresa, devem antes efetuar minuciosa análise dos balanços nas empresas das quais pretendem investir, já que o grande interesse desses investidores recai sobre a rentabilidade”.

Segundo Silva (2001),

“Os investidores no mercado de capitais necessitam tomar decisões sobre que ação comprar, quando vender, como compor uma carteira de ações, que clube de investimentos oferece maior segurança ou qual fundo de ações é o mais rentável, o mais seguro e o mais líquido. Todas essas decisões precisam ser fundamentadas com informações eficientes. Os analistas de investimentos são os técnicos que dão seus pareceres sobre as expectativas de risco e retorno das ações, para auxiliar os investidores no direcionamento de suas carteiras” (SILVA, 2001, p.44).

Para os investidores nada como uma boa análise financeira da empresa a ser investida, para que se tenha uma idéia do grau de risco do seu investimento ou a da possibilidade de retorno do mesmo. O governo também tem interesse na análise das empresas. Segundo Ribeiro (2004), para o governo a análise em referência apresenta diversas vantagens, tais como em concorrências públicas, onde estando o governo diante de duas ou mais entidades que atendam satisfatoriamente as exigências dos editais, decidirá este sempre pela empresa que possuir a melhor situação financeira. Além disso, pode acompanhar o desempenho da vencedora, a fim de saber se ela poderá honrar os compromissos assumidos. “É por meio da análise de balanço o governo acompanha o desempenho da economia do país, comparando empresas de acordo com as categorias econômicas” (RIBEIRO, 2004, p.18).

O governo utiliza-se desta análise também para averiguar a rentabilidade das empresas públicas. Para o governo também é vital a análise financeira que será utilizada, tanto para analisar o desempenho de suas próprias empresas, como para poder comparar entidades do mesmo segmento e de tamanhos distintos, que quando comparadas por esta ferramenta, tornam-se de iguais proporções (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010).

2.1.3. COMO FAZER UMA ANÁLISE FINANCEIRA

Segundo Iudícibus (1998 p.49), “análise de balanços é uma arte, pois apesar das técnicas desenvolvidas, não há nenhum critério ou metodologia formal de análise válidos nas diferentes situações e aceitos unanimemente pelos analistas”. Na opinião de Silva (2001 p.27), “a contabilidade está muito relacionada com a análise financeira. As demonstrações financeiras fornecidas pela contabilidade constituem importante grupo de informações que serão examinadas no processo de análise financeira”. Um bom conhecimento de conceitos e mecanismos contábeis é necessário para o desenvolvimento de uma boa análise financeira, porém não é suficiente. A análise financeira não pode limitar-se aos dados contábeis, devendo interpretá-los e buscar explicações que normalmente transcendem a esfera da contabilidade, como flutuações econômicas e fatores que afetam a oferta e a demanda na economia local, nacional ou internacional (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010).

Helfert (2000, p.15) exemplifica que:

“Quando um estudante, analista ou executivo de empresa está lidando com um problema financeiro ou deseja entender as compensações relacionadas às decisões empresariais de investimento, operacionais e de financiamento, uma ampla variedade de técnicas analíticas e, algumas vezes, técnicas grosseiras estão disponíveis para gerar respostas quantitativas. A seleção das técnicas adequadas para essas escolhas é, sem dúvida, uma parte importante da tarefa analítica”.

Para Ribeiro (1998), a análise de balanços pode ser realizada em sete etapas: a) exame e padronização das demonstrações financeiras; b) coleta de dados; c) cálculo dos indicadores: quocientes, coeficientes e números índices, mediante a aplicação de fórmulas já consagradas; d) interpretação dos quocientes; e) análise vertical/horizontal; f) comparação com padrões; g)

elaboração de relatórios inteligível por leigos. Dessa forma pode-se afirmar que não existe uma fórmula ideal para a elaboração de uma boa análise financeira. Este trabalho depende da utilização das demonstrações contábeis disponíveis, comparando-as através de fórmulas matemáticas durante diversos períodos, mas que principalmente, necessita existir uma qualificação daquele que irá efetuar este trabalho, porque é essencial que haja uma interpretação dos dados apresentados de forma correta e individual para cada análise distinta (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010).

2.2. PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Lei 6.404/76 em seu artigo 176 diz que ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício (SILVA, 2001). Assaf Neto (2001, p.49), afirma que “os relatórios contábeis elaborados periodicamente são justamente os insumos básicos do processo de análise de balanços”. Neste sentido,

“Relatórios financeiros englobam todas as demonstrações contábeis elaboradas pela empresa e devem servir como fonte de informações para a análise econômico-financeira. Os relatórios, ou demonstrações contábeis que são obrigatórios pela atual Lei das Sociedades por Ações são: 1º O Balanço Patrimonial; 2º Demonstração do Resultado do Exercício; 3º Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e, 4º Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Porém todos os relatórios contábeis produzidos pelas empresas podem e devem ser aproveitados para fins de análise financeira (ASSAF NETO, 2001, p 51).

Entende-se assim que as demonstrações contábeis são um conjunto peças emitidas pela contabilidade das empresas, onde alguns são obrigatórios por lei, outros a empresa desenvolve especialmente para evidenciar com clareza a situação da entidade. Todavia, as demonstrações contábeis individualmente produzem informações isoladas e que se observadas dessa forma não trazem grande proveito em uma análise da situação em que a entidade se encontra. Somente com a comparação dessas diversas demonstrações, em diversos períodos e analisados sucessivamente, é que se pode extrair delas as informações necessárias para efetuar uma análise da situação econômica e patrimonial da empresa (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010).

2.2.1. O BALANÇO PATRIMONIAL

Para Iudicibus (1998, p.42) “o Balanço Patrimonial reflete a posição das contas patrimoniais em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado”. Já Assaf Neto (2001, p. 58) diz que:

“O balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A informação que este demonstrativo fornece é totalmente estática e, muito provavelmente, sua estrutura se apresentara relativamente diferente algum tempo após seu encerramento”.

Segundo Ribeiro (1998, p.43), “o Balanço Patrimonial é a demonstração financeira que evidencia resumidamente o Patrimônio da entidade, qualitativa e quantitativamente”. Ribeiro (1998, p.44) ainda afirma que “no balanço, as contas são classificadas segundo os elementos do patrimônio que registram, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia”. Observa-se que o Balanço Patrimonial representa uma fotografia da organização, tirada em uma determinada data, geralmente é fechado pela maioria das organizações em 31 de Dezembro (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010). Segundo Matarazzo (1998),

“O Balanço Patrimonial é a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa – Ativo -, assim como suas obrigações – Passivo Exigível – em determinada data. A diferença entre Ativo e Passivo é chamada Patrimônio Líquido e representa o capital investido pelos proprietários da empresa, quer de recursos trazidos de fora da empresa, quer gerados por esta em suas operações e retidos internamente (MATARAZZO, 1998, p. 43)”.

Destaca-se que os valores demonstrados no balanço refletem a situação da empresa naquele determinado momento. As contas devem sempre estar por ordem de liquidez, ou seja, as contas de giro ou transformação em disponibilidades mais rápidas devem estar alocadas em primeiro lugar no balanço (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010).

2.2.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A Demonstração de Resultado do Exercício apresenta a formação do lucro do exercício por meio da confrontação de receitas, custos e despesas do período. A DRE tem como finalidade única e exclusiva apurar lucro ou prejuízo do exercício, que depois transfere esse resultado para lucros ou prejuízos acumulados. Englobam a DRE: as receitas, as despesas, os ganhos e as perdas do exercício, apurados por regime de competência, independentemente de seus pagamentos e recebimentos (ASSAF NETO; SILVA, 2008, p. 101). A Demonstração de Resultado do exercício retrata apenas o fluxo econômico da organização, desta forma não interessa se a receita ou as despesas tem reflexo em dinheiro. Um bom exemplo disso é a depreciação a qual não é desembolsada pela empresa (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010).

Para MATARAZZO, (1998, p. 47), “a DRE é o resumo do movimento de certas entradas e saídas no balanço entre duas datas”. A principal característica da DRE é a forma de demonstrar o resultado apresentado pela atividade operacional da organização em determinado período. Parte-se da receita bruta de vendas e serviços, subtraem-se as devoluções ocorridas, os impostos sobre as vendas, passando para os custos e despesas ligados a atividade operacional da organização, demonstrando desta forma o resultado operacional. Após isso apresenta o resultado não operacional, que poderá elevar ou reduzir o lucro, e por fim são deduzidos os impostos sobre o lucro, revelando assim o resultado líquido da organização naquele determinado período. Para Assaf Neto e Silva (2008),

“A DRE tem como finalidade exclusiva de apurar lucro ou prejuízo do exercício; depois, esse resultado é transferido para lucros ou prejuízos acumulados. Englobam as receitas, as despesas, os ganhos e as perdas do exercício, apurados por regime de competência, independentemente de seus pagamentos e recebimentos. (ASSAF NETO; SILVA, 2008, p. 101).”

Na opinião de Iudícibus (1998 p.50), “A demonstração de resultado do exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período”. Ainda segundo ele, “É apresentado de forma dedutiva verticalmente, ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida indica-se o resultado que pode ser lucro ou prejuízo”. Portanto ressalta-se que a DRE é uma demonstração financeira onde estão descritas todas as receitas e despesas, operacionais ou não de um determinado período, na qual das receitas são deduzidas as despesas e chega-se a o resultado (lucro ou prejuízo). Assim como o Balanço, a DRE tem sua formatação disposta em lei (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010).

3 ANÁLISE DOS CICLOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

O Ciclo Operacional envolve o período que inicia na compra das mercadorias ou matérias-primas e ou/serviços e vai até o seu recebimento, ou seja, é o prazo médio em que são feitos os investimentos nas operações da organização, sem que ocorram os efetivos retornos de caixa. Uma parte deste investimento é financiada pelos fornecedores, por meio de vendas a prazo. As operações que mais influenciam o ciclo operacional de uma organização são os elevados prazos de estocagem e cobrança de suas vendas, necessitando assim de disponibilidades para financiar o giro das operações. Observa-se que o prazo concedido pelos fornecedores cobre uma parte dessas necessidades, e a outra parte deverá ser provida pelos recursos próprios da empresa. Porém caso isso não aconteça, a organização deverá buscar recursos de terceiros, como os empréstimos bancários para financiar sua produção ou serviço (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010, p.3).

Entretanto essas duas fontes de recursos representam custos para organização, e que necessariamente vão influir nos seus custos de operação, e impreterivelmente no preço final de seus produtos e ou serviços. Isso se deve em razão de que os financiamentos têm juros, ou seja, despesas financeiras, enquanto que os recursos próprios apresentam custo de oportunidade, ou seja, corresponde ao retorno que a organização ou seus sócios conseguiriam se empregassem este recurso em outras fontes de investimentos. O ciclo financeiro não faz parte da atividade propriamente dita da organização, este ciclo abrange as contas caixa e banco das empresas, pois representa o período entre o pagamento aos fornecedores até o efetivo recebimento das vendas e ou serviços. Desta forma, o ciclo operacional da organização deverá ser o mais baixo possível, pois do contrário, precisará de capital próprio ou de terceiros para financiar o ciclo, ocasionando elevadas despesas financeiras para organização. Conforme Matarazzo (2003, p.319),

“O tempo decorrido entre momento em que a empresa coloca o dinheiro (pagamento ao fornecedor) e o momento em que recebe as vendas (recebimento do cliente) é o período em que a empresa precisa arrumar financiamento. É o ciclo de caixa, também chamado de Ciclo Financeiro”.

Cabe aqui salientar que além de compromissos com fornecedores, a organização também deverá cumprir outros compromissos mensais, que são os Custos Fixos ou Despesas Operacionais, os quais são gastos necessários para que a organização possa operar. Portanto, o ciclo financeiro é o período que a organização financia seu ciclo operacional sem a presença do capital dos fornecedores. Desta forma, conclui-se que quanto maior for o ciclo financeiro, mais recursos próprios ou de financiamentos estão provisoriamente aplicados nas operações, ocasionando custos financeiros e afetando diretamente a rentabilidade da organização (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010, p.3).

Ressalta-se que com a redução do ciclo financeiro a organização estará maximizando o uso dos seus recursos e diminuindo os custos correlatos. Para a diminuição do ciclo financeiro existem basicamente três estratégias, que são: a) Elevar o prazo de pagamento junto aos fornecedores, sem comprometer o conceito de crédito perante eles; b) Reduzir os prazos de recebimentos, sem afastar os clientes, oferecendo-lhes descontos financeiros para estimular o pagamento antecipado; c) Elevar o giro dos estoques, diminuindo-os, sem afetar a produção e vendas dos produtos.

Destaca-se que das três estratégias apresentadas acima, a que mais esta ao alcance das organizações seria a terceira estratégia, pois os pagamentos aos fornecedores dependem exclusivamente dos fornecedores. Já o prazo dos recebimentos necessariamente dependerá do que o mercado está disposto a pagar, enquanto que os estoques dependem exclusivamente das organizações, que poderá diminuir as compras e manter somente o necessário para atender a demanda, sem prejudicar as vendas. Outro ponto importante no caso das indústrias é ter uma produção mais eficiente e eficaz (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010, p.2-3).

3.1. UTILIZAÇÃO DOS ÍNDICES FINANCEIROS

Observa-se que a análise dos índices financeiros das organizações é de enorme relevância para acionistas, credores e principalmente para os gestores da organização. Para acionistas, sejam os atuais como futuros é essencial para analisar o grau de retorno e um possível risco no futuro da organização, sendo este o principal aspecto que afeta diretamente o preço da ação. Enquanto que para os credores o importante é saber a capacidade de pagamento das empresas, preocupando-se principalmente com a liquidez de curto prazo e com a rentabilidade da organização, para identificar se a organização goza de boa saúde financeira. Ressalta-se que os gestores e administradores se preocupam com todos os aspectos da situação financeira da organização, acompanhando-os de período a período o desempenho da empresa, e com isso buscam demonstrar os melhores índices possíveis para satisfazer os

proprietários e credores. Esta análise abrange métodos de cálculos e interpretações de índices financeiros, objetivando analisar e acompanhar a performance da organização, tendo como objeto de análise a DRE e o Balanço Patrimonial (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010, p.4). Segundo Gitman (2006),

“A análise de índices não inclui somente o cálculo de determinado índice. Mais importante que isso é a interpretação dos índices. Uma base relevante de comparação é necessária para responder a perguntas como: “É muito alto ou muito baixo” e “Esse número é bom ou ruim?”(GITMAN, 2006, p.42)”.

Observa-se que os índices financeiros podem ser distribuídos em várias categorias básicas, neste estudo serão pesquisadas quatro categorias, que são os Índices de Liquidez, Atividade, Endividamento e Rentabilidade; os três primeiros mensuram o risco da atividade da organização, já o Índice de Rentabilidade avalia o retorno da organização (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010, p.4).

3.2. ÍNDICES DE LIQUIDEZ E SOLVÊNCIA

A liquidez de uma empresa é medida por sua capacidade de satisfazer suas obrigações de curto prazo no vencimento. Ela se refere à solvência da posição financeira geral da empresa, ou seja, a capacidade da empresa pagar suas contas. Em outras palavras é o que a empresa seria em dinheiro na data determinada, curto, médio ou longo prazo para pagar os seus compromissos assumidos, cabe ressaltar que isso nada tem haver com solidez da empresa. Segundo Ribeiro (2004, p. 139), “os Quocientes de Liquidez evidenciam o grau de solvência da empresa em decorrência ou não de solidez financeira que garanta o pagamento dos compromissos assumidos com terceiros”. Como precursor comum de uma situação financeira difícil de inadimplência é a baixa liquidez ou em declínio, esses índices são vistos como bons indicadores de problemas de fluxo de caixa. Os índices de liquidez de acordo com Marion (2002, p.83),

“São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade pode ser avaliada considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato”.

3.2.1. ÍNDICES DE ATIVIDADE

Os índices de Atividade permitem analisar aspectos do capital de giro da organização por meio do ciclo financeiro. Permitem observar a velocidade com que a empresa recebe suas vendas, paga suas contas ou renova seus estoques. Os principais indicadores financeiros que nos possibilitaram conhecer a evolução da atividade operacional da empresa são os prazos de rotação dos estoques, recebimento das vendas, pagamentos das compras, ciclo operacional, ciclo financeiro e rotação de ativo. Esses indicadores indicam quantos dias em média a empresa leva para pagar suas compras, receber suas vendas, renovar seus estoques e recuperar seu ativo (SILVA, 2001, p. 254).

3.2.2. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

O índice de endividamento representa quanto a organização tomou de recursos de terceiros para cada real de capital próprio. A análise deste indicador nos revela a forma de obtenção de recursos das empresas. Ele nos mostra se a empresa financia suas atividades com recursos próprios ou com recursos de terceiros. Destaca-se que o endividamento, por exemplo, é parte integrante da liquidez da organização e, muitas vezes, é o foco inicial da situação de rentabilidade futura. Os índices de endividamento relacionam as origens de recursos entre si, refletindo a posição entre capital próprio e capital de terceiros, e, além disso, indicam o grau de dependência da organização com relação ao capital de terceiros (RIBEIRO, 2004, p. 134).

3.2.3. ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Conforme define Ribeiro (2004, p. 146), “os quocientes de rentabilidade servem para medir a capacidade econômica da empresa, evidenciando o grau de êxito econômico obtido com o capital investido da empresa. São calculados com base em valores extraídos do DRE e do BP”. Já Silva (2001, p. 232), infere que “os índices de retorno indicam qual o retorno que o empreendimento está propiciando em termos de lucratividade aos empresários”. Portanto, estes índices medem a rentabilidade das empresas (ODORCIK, OLIVO e SCHVIRCK, 2010). Obviamente quanto maiores estes índices melhores serão os resultados das empresas. Segundo Marion (2007),

“A rentabilidade é medida em função dos investimentos. As fontes de financiamento do Ativo são Capital Próprio e Capital de Terceiros. A administração adequada do Ativo proporciona maior retorno para a empresa (MARION, 2007 P.141)”.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Para cumprir com os objetivos propostos neste trabalho, foi realizado um estudo de caso numa empresa de segurança privada, analisando as principais demonstrações contábeis do período de 2004 até 2009. Tendo como principal objetivo verificar as contribuições que as análises financeiras das empresas proporcionaram para os gestores. Desta forma, passa-se a apresentar e analisar os resultados da pesquisa feita na organização, demonstrando inicialmente o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício, e em seguida serão analisados os índices financeiros da mesma.

4.1. ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Tabela 4.1: Índices de Liquidez.

Índices	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
Liquidez Geral	1,16	1,16	1,11	1,03	1,03	1,43	1,15
Liquidez Corrente	1,15	1,16	1,14	1,01	0,95	1,40	1,14
Liquidez Seca	0,73	0,78	0,85	0,79	0,52	0,85	0,75

Percebe-se que o índice de liquidez geral está positivo, o que significa que para cada um real de dívida que a empresa possui, ela dispõe de mais de um real de recursos para cumprir com suas obrigações. Ressalta-se que seu Ativo Circulante é composto principalmente em sua maioria pelo ativo operacional, sendo que o maior valor está em clientes. O Passivo Circulante também é formado por dívidas relacionadas à atividade de operação da organização. Ressalta-se que o Índice de Liquidez corrente também se apresenta um resultado muito interessante, se compararmos os direitos de curto prazo com as obrigações de curto prazo, percebe-se que, com exceção do ano de 2008, todos se apresentam resultados acima de um. Ressalta-se que a Liquidez Seca não considera os estoques, sendo este o principal investimento no Ativo da organização.

Observando de forma abrangente os índices de Liquidez, podemos perceber que todos são favoráveis a organização. Adiante de tudo, vale destacar que 99% das dívidas da organização são de natureza operacional, devido ao uso de tecnologias de ponta, e que requerem elevados investimentos na operação, todavia isso é interessante para a organização, pois sugere que sua atividade está sendo financiada pela sua própria operação. No que se refere aos índices de liquidez, pode-se perceber que o melhor ano para a organização foi em 2009, pois os índices nos mostraram que a empresa tem mais investimentos em seu Ativo do

que dívidas em seu Passivo. Isso se deu devido ao aumento dos valores a receber (duplicatas e outros títulos) e como contrapartida teve a redução do Passivo Financeiro da organização.

4.2. ÍNDICES DE ATIVIDADE

Tabela 4.2: Índices de Atividade

Índices	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
Giro Estoque	0,38	0,38	0,25	0,23	0,41	0,43	0,35
Giro do Ativo	2,20	2,24	1,68	1,33	1,73	2,29	1,91

O índice de Giro do Estoque refere-se ao número de vezes girou o estoque em um determinado período, fazendo a relação entre o custo da mercadoria vendida e o estoque no final do período analisado. Neste estudo foi empregado o período anual. Observa-se que na média este índice está adequado para organização, pois os produtos não ficam muito tempo estocado.

O melhor período deste índice foi o ano de 2007 (0,23), isso devido à redução do valor dos estoques no final do período utilizado na análise. Observa-se também que o giro do ativo também está adequado para a organização, pois se percebe que as vendas anuais da organização estão sendo maiores que os bens e direitos. Na média dos seis anos investigados, sua receita equivale a praticamente duas vezes ao valor de seu ativo total. O melhor ano para este índice foi o de 2009 (2,29), devido ao aumento das vendas e diminuição do ativo da empresa.

4.3. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Tabela 4.3: Índices de Endividamento

Índices	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
Part. Cap. Terceiros	3,67	3,87	3,98	3,78	3,12	3,45	3,65
Composição Endiv.	6,54	6,87	5,99	5,87	6,22	6,56	6,34
Imob. do P L	6,88	7,09	6,79	6,01	6,54	6,89	6,72

O índice de endividamento representa quanto à empresa tomou de recursos de terceiros para cada real de capital próprio. Nota-se que a participação do capital de terceiro, que é a relação entre o passivo exigível e o patrimônio líquido aparenta estar dentro dos limites, neste caso específico isso não se torna muito preocupante, pois a maior parte deste capital de terceiro está relacionado com a operação da organização. Para se ter uma análise mais detalhada deste índice é fundamental identificar o prazo de vencimento das duplicatas a receber, e se for um período de recebimento que coincida com os pagamentos, não será relevante se preocupar com este índice. Todavia, a empresa terá que captar recursos através de empréstimos para conseguir quitar suas dívidas na data de seus vencimentos. Percebe-se que o ano em que este índice melhor se apresentou foi 2008, em razão do lucro que a organização demonstrou, ocasionando desta forma um aumento do seu patrimônio líquido.

Nota-se também que outro ponto que colaborou para melhorar este índice foi à redução do passivo circulante financeiro da organização. O índice de endividamento indica a qualidade da dívida da organização. Com a observação deste índice percebe-se que

praticamente toda a dívida da organização está no curto prazo, entretanto ressalta-se que quase toda ela é relacionada à atividade operacional da organização, o que não se torna tão preocupante para os gestores. Percebe-se também que a imobilização do PL da empresa é pequena. Do ponto de vista dos analistas isso é muito interessante, pois aponta que ela não precisa de capital de terceiros para financiar seus ativos permanentes.

Desta forma, pode-se observar que parte de seu PL está financiando o ativo circulante. Em 2009, apesar de a organização ter elevado seu imobilizado, foi o melhor ano deste índice, pois a organização conseguiu um bom lucro, elevando assim o seu patrimônio líquido. Ao se fazer uma avaliação global dos índices de endividamento percebe-se que parece adequada, inclusive a composição do endividamento, que representa a participação de terceiros. Contudo, como observado anteriormente, isso não é tão relevante, pois além da organização ter uma pequena imobilização do PL, a dívida da organização parece ser quase toda relacionada com a sua atividade operacional.

4.4. PRAZOS MÉDIOS

Tabela 4.4: Prazos Médios

Índices	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
PMRE	45,34	46,56	41,76	47,87	47,12	46,76	45,90
PMRV	29,87	31,32	27,65	25,87	32,76	32,78	30,04
PMPC	63,98	61,76	63,78	64,66	61,87	63,11	63,19

O Índice de Prazo Médio de Renovação do Estoque (PMRE) indica o prazo de renovação dos estoques, e pode ser entendido de duas maneiras. Estoque elevado, mais recursos tem alocado em seu estoque, que procura suprir a demanda de seus clientes, entretanto vale apenas observar que mantendo um estoque alto poderá afetar a estrutura financeira da organização. Outra forma de avaliação é que quanto menor melhor, pois o estoque estará girando mais rapidamente. Destaca-se assim que a organização terá um menor tempo de conversão deste em dinheiro, além de reduzir os custos de estocagem. Pela teoria, o melhor ano foi o de 2006, pois seu prazo médio de renovação foi de 41,76 dias, onde a organização transformou mais rapidamente seus estoques em disponibilidades, o que contribuiu para sua redução.

O índice de Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV) tem por objetivo expressar quantos dias à organização aguarda para receber suas vendas. Nota-se um equilíbrio nos prazos de recebimento de vendas, o que é interessante para a organização, todavia, a partir de 2007 percebe-se uma pequena elevação, mas ela parece estar relacionada ao aumento do número de pedidos faturados. Pagamento dos Fornecedores (PMPC) refere-se ao prazo que a organização ganha de seus fornecedores para a quitação dos pagamentos de suas compras. Observa-se que quanto maior o prazo para os pagamentos melhor, mas desde que não incorram em despesas financeiras. Neste sentido, o melhor ano foi o de 2007 onde o prazo foi de 64,66 dias.

4.5. CICLOS

Tabela 4.5: Ciclos

Índices	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
Ciclo Operacional	63,89	59,09	61,76	66,87	67,90	61,80	63,55
Ciclo Financeiro	26,38	28,90	29,70	27,87	28,98	26,90	28,12

O ciclo operacional da organização aponta quanto tempo à mesma leva para dar o giro completo de sua atividade, ou seja, é o tempo compreendido entre a chegada da mercadoria até o recebimento de suas vendas, desta forma quanto menor for este tempo melhor. Observa-se que este sofreu uma melhoria nesses dois últimos anos analisados, isso se deve em função da sua política de vendas, que passou a uma redução do prazo de recebimento de seus clientes. O melhor ano foi 2005, onde este prazo era de 59,09 dias.

Já o ciclo financeiro aponta quanto tempo que a organização terá que financiar seu ciclo operacional com recursos próprios ou não operacionais, seja ele proveniente de empréstimos ou financiamentos realizados, desta forma, quanto menor for este índice, melhor para organização. Apesar de a organização ter reduzido o prazo de recebimento das vendas, a organização elevou seu ciclo financeiro, isso devido à redução dos prazos de pagamentos de fornecedores. Uma explicação para está observação poderá residir no aumento da margem de contribuição, sendo que a organização para conseguir melhores preços de compra reduz os prazos de pagamentos de junto a seus fornecedores.

4.6. ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Tabela 4.6: Índices de Rentabilidade

Índices	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
Margem Líquida	1,86	2,22	2,89	3,23	3,65	4,04	2,98
ROA	3,98	4,11	4,31	6,20	6,98	8,01	5,60
ROI	6,87	6,98	7,09	8,76	8,97	9,32	8,00

A margem líquida (ML) representa o retorno que a organização obtém com sua operação. Neste sentido, percebe-se que no último período em análise a organização alcançou o maior índice na série histórica analisada, isso se deu ao aumento da margem de contribuição, ou seja, um custo de mercadoria menor, além de a organização ter elevado consideravelmente seu faturamento com contratos com grandes clientes, isso apartir de 2007. Já o ROA avalia o retorno que os proprietários obtêm em relação aos investimentos realizados na organização. Observa-se que este índice vem crescendo ao longo do tempo, mas conforme aventado anteriormente, este obteve uma elevação nos últimos três anos, em razão do fechamento de contratos com grandes clientes, o que acabou por influir diretamente no índice.

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROI) tem por objetivo demonstrar o retorno que os proprietários/sócios têm em relação ao capital investido na organização. No que se refere aos índices de rentabilidade da organização, houve pouca elevação nos primeiros três anos analisados, mas recuperando-se rapidamente no ano de 2007. Quando analisado na média percebe-se que existe um ganho considerável no retorno do investimento se comparar a média da série histórica com o ano de 2004, onde a organização obtém um incremento no retorno para os acionistas bem acima das expectativas da organização. Além disso, um dos principais pontos a serem observados é que a organização apresenta uma grande expectativa de crescimento para os próximos anos, pois em 2009 foi o ano que a organização mais obteve lucro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho observou-se que as demonstrações financeiras têm por objetivo caracterizar a situação patrimonial, econômica e financeira da organização, apontando as origens dos atos e fatos administrativos que alteram o seu patrimônio, com isso

o gestor financeiro poderá observar essas modificações e tomar as medidas necessárias para ajustar possíveis problemas que poderão surgir, como falta de disponibilidades para cumprir com suas obrigações. Ressalta-se ainda que os dados para a realização dos cálculos dos índices financeiros são originários das principais demonstrações contábeis, sendo as principais, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.

De acordo a fundamentação empregada no estudo, as análises financeiras são formadas por uma variedade de índices, quocientes e indicadores, e que permitem ao gestor financeiro obter informações sobre o endividamento, a liquidez, margens de contribuição e de retorno, índices de giro, além é claro de poder observar seus ciclos, seja o operacional assim como o financeiro. Infere-se que os indicadores anteriormente citados apresentam situações específicas, sendo que cada um deles fornece informações importante, onde o gestor financeiro deverá analisá-las em conjunto, para que desta forma sua decisão não fique baseada em apenas um determinado indicador, mas sim no agrupamento de indicadores. Destaca-se ainda que esta análise não deva ser realizada de maneira isolada, pois os indicadores demonstram apenas os indícios e não a origem dos problemas. Portanto, deve-se fazer uma análise conjunta dos índices, procurando identificar quais são as reais causas de *performance* não satisfatórias, para que assim o gestor possa tomar ações com intuito de eliminar e corrigir estas anomalias.

Conforme observado nos estudos pesquisados e na fundamentação teórica, percebe-se que as análises financeiras são fundamentais para todos os usuários da contabilidade, sejam internos ou externos. Além disso, para os gestores financeiros ela se torna indispensável, representando uma ferramenta extrema relevância no processo de tomada de decisão. Esta análise também é de grande importância para as empresas, pois tem como objetivo principal fornecer informações essenciais para seus gestores, auxiliando nas suas decisões, e antecipando para condições futuras que possam vir a ocorrer. Destaca-se também que o mais importante é que a análise financeira de balanço assessora no planejamento, apontando o rumo dos fatos futuros da empresa. Assim, diante do exposto, pode-se observar claramente que a análise financeira de balanços, por meio de todas as técnicas aqui elencadas pode oferecer dados extremamente essenciais, e que podem ajudar os administradores, gestores, sócios e acionistas na tomada de decisão, aumentando suas chances de sucesso.

6.REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A. Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro comércio e serviços, industriais, bancos comerciais e múltiplos. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____;SILVA, C. A. T. Administração do Capital de Giro. São Paulo, 3ª Ed. Editora Atlas, 2008.
- GITMAN, L. J. Princípios de Administração Financeira. São Paulo, 10ª Ed. Pearson Addison Wesley, 2006
- HELPERT, E. A. Trad: André Castro. Técnicas de análise financeira: um guia prático para medir o desempenho dos negócios. 9. edição. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- IUDÍCIBUS, S. de. Análise de Balanços. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- KAPLAN, R.; NORTON S. Organização Orientada para a Estratégia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- LEITE, D. C. de C. Investigação sobre a medição de avaliação de desempenho em pequenas empresas hoteleiras do nordeste brasileiro. João Pessoa, 2004. 125f. Dissertação de mestrado do Programa Multi institucional de Pós-graduação em Ciências Contábeis (Unb-UFPE-UEPB-UFRN).
- MACHADO, M. R., MACHADO, M. A., HOLANDA, F. M. Indicadores de Desempenho Utilizados Pelo Setor Hoteleiro da Cidade de João Pessoa/PB. 6º.Congresso de Controladoria e Contabilidade da USP. São Paulo: FEA/USP, 2006.
- MARION, J. C. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 2.ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATARAZZO, D.C. Análise Financeira de Balanços. São Paulo, 5ª Ed. Editora Atlas, 1998.

_____ Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVO, T.; ODORCIK, E. da C.; SCHVIRCK, E. Estudo de Caso: Análise Financeira das Demonstrações Contábeis em uma empresa agropecuária. – e-CAP Electronic Accounting and Management. Vol. 2, No 2 (2010).

RIBEIRO, O. M. Estrutura e Análise de Balanço Fácil. 6ª. Edição. São Paulo: Saraiva 1998.

_____ Estrutura e Análise de Balanços Fácil. 7ª. Edição. São Paulo: 3ª. Tiragem. Saraiva, 2006.

SILVA, J. P. Da. Análise Financeira das Empresas. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA, R. H. P.; SANTOS, M. M. da C. Análise Das Demonstrações Financeiras Através De Índices Financeiros. VEREDAS FAVIP, Caruaru, Vol. 2, n. 01, pp. 50–60, jan./jun. 2005.